

Ciência para Todos: Oficina de Políticas Públicas de Educação Ambiental e dinâmicas sociais para a conservação da Mata Atlântica

Science for All: Workshop on Public Policies for Environmental Education and Social Dynamics for the Conservation of the Atlantic Forest

Ciencia para Todos: Taller sobre Políticas Públicas de Educación Ambiental y Dinámicas Sociales para la Conservación de la Mata Atlántica

Cynthia Mara Santos Siqueira de Jesus¹  

Maria Santana de Castro Morini¹  

Renata Jimenez de Almeida Scabbia¹  

Maria de Fátima de Oliveira²  

Fernanda de Moraes Scalabrino²  

Tipo de Publicação: Artigo Completo

Área do Conhecimento: Políticas Públicas, Meio Ambiente e Dinâmicas Sociais

¹ Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), Mogi das Cruzes, SP, Brasil.

² Suinã Instituto Sociambiental, Guararema SP, Brasil.

RESUMO

Objetivo: Este artigo tem como objetivo abordar a interconexão entre conservação da Mata Atlântica, Educação Ambiental, Políticas Públicas e participação cidadã, destacando a experiência de uma oficina participativa realizada durante o 1º Fórum de Educação Ambiental em Mogi das Cruzes, SP. **Métodos:** A abordagem interativa foi implementada durante a oficina, utilizando elementos como uma linha do tempo e dinâmicas lúdicas. Essa estratégia visava promover uma compreensão das Políticas Públicas de Educação Ambiental, estabelecendo conexões entre a história passada e os desafios contemporâneos. **Resultados:** Os depoimentos dos participantes evidenciaram o impacto pessoal significativo da oficina. Destacaram como a abordagem interativa contribuiu para a compreensão das Políticas Públicas, especialmente no contexto da conservação da Mata Atlântica. **Considerações Finais:** Conclui-se que iniciativas educativas, como a oficina discutida, desempenham um papel articulador no fortalecimento da relação entre a comunidade e as Políticas Públicas de Educação Ambiental. Essas ações locais emergem como elementos vitais na sensibilização e mobilização cidadã, oferecendo contribuições valiosas para soluções sustentáveis diante dos desafios globais da conservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Sensibilização ambiental, mobilização social, sustentabilidade.

ABSTRACT

Objective: This article aims to address the interconnection between Atlantic Forest conservation, Environmental Education, Public Policies, and citizen participation, highlighting the experience of a participatory workshop held during the 1st Environmental Education Forum in Mogi das Cruzes, SP. **Methods:** The interactive approach was implemented during the workshop, using elements such as a timeline and playful dynamics. This strategy aimed to promote an understanding of Environmental Education Public Policies, establishing connections between past history and contemporary challenges. **Results:** Participants' testimonials highlighted the significant personal impact of the workshop. They emphasized how the interactive approach contributed to the understanding of Public Policies, especially in the context of Atlantic Forest conservation. **Conclusion:** It is concluded that educational initiatives, such as the discussed workshop, play a pivotal role in strengthening the relationship between the community and Environmental Education Public Policies. These local actions emerge as vital elements in raising awareness and citizen mobilization, offering valuable contributions to sustainable solutions in the face of global challenges in biodiversity conservation.

Keywords: Environmental awareness, social mobilization, sustainability.

RESUMEN

Objetivo: Este artículo tiene como objetivo abordar la interconexión entre la conservación de la Mata Atlántica, la Educación Ambiental, las Políticas Públicas y la participación ciudadana, destacando la experiencia de un taller participativo realizado durante el 1er Foro de Educación Ambiental en Mogi das Cruzes, SP. **Métodos:** La aproximación interactiva se implementó durante el taller, utilizando elementos como una línea de tiempo y dinámicas lúdicas. Esta estrategia tenía como objetivo promover la comprensión de las Políticas Públicas de Educación Ambiental, estableciendo conexiones entre la historia pasada y los desafíos contemporáneos. **Resultados:** Los testimonios de los participantes destacaron el impacto personal significativo del taller. Subrayaron cómo la aproximación interactiva contribuyó a la comprensión de las Políticas Públicas, especialmente en el contexto de la conservación de la Mata Atlántica. **Conclusiones:** Se concluye que las iniciativas educativas, como el taller discutido, desempeñan un papel crucial en fortalecer la relación entre la comunidad y las Políticas Públicas de Educación Ambiental. Estas acciones locales emergem como elementos vitales en la sensibilización y movilización ciudadana, ofreciendo contribuciones valiosas para soluciones sostenibles ante los desafíos globales de la conservación de la biodiversidad.

Palabras clave: Sensibilización ambiental, movilización social, sostenibilidad.

1. INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica ocupa 15% do território nacional, em 17 estados, é um importante bioma do planeta que contribui para a proteção e regulação do regime hídrico, controla o clima local, garante a fertilidade do solo e abriga grande diversidade de espécies da fauna e flora, muitas em iminente risco de extinção. Este bioma é internacionalmente reconhecido como um dos vinte e cinco *hotspots* mais importantes do mundo, ou seja, uma região de extrema importância para a conservação da vida na Terra e que fornece serviços ecossistêmicos essenciais que beneficiam a sociedade de diversas maneiras ¹. Conforme divulgado no Relatório Anual de Desmatamento no Brasil, foram desmatados 30.012 hectares da Mata Atlântica, representando 1,5% da área total desmatada no país no ano de 2022. Esses dados destacam a persistência das atividades de desmatamento e a contínua necessidade de implementação de medidas eficazes para proteger e restaurar esse valioso bioma ². O relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) do ano de 2022, enfatiza a importância crucial da conservação de cerca de 30% a 50% das áreas terrestres, de água doce e oceânicas do planeta para assegurar a resiliência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos em escala global. Essas conclusões destacam a urgência de proteger e conservar os ecossistemas existentes, reconhecendo seu valor intrínseco e seu papel fundamental na manutenção do equilíbrio ecológico e no bem-estar humano ³. Neste contexto histórico, estamos testemunhando um aumento significativo na preocupação global pela conservação e sustentabilidade do meio ambiente. As mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas têm chamado a atenção de governos, organizações não governamentais e da sociedade civil como um todo. As Políticas Públicas, sendo um conjunto de procedimentos formais e informais que refletem relações de poder, têm o propósito de promover a resolução pacífica de conflitos e contribuir para a construção e aprimoramento do bem comum ⁴.

Neste cenário a Educação Ambiental surge como uma ferramenta fundamental para promover a sensibilização e o engajamento da população na busca por soluções reais e sustentáveis e que atendam as Políticas Públicas de Educação Ambiental vigentes ⁵. Para obter uma Educação Ambiental crítica, faz-se necessário promover a democratização do acesso à ciência. Isso implica tornar o conhecimento científico acessível e compreensível para todos os níveis de letramento. Ao proporcionar o entendimento dos fundamentos científicos e cívicos por trás das questões socioambientais, é possível empoderar os indivíduos a tomarem decisões informadas e a se envolverem em debates e iniciativas relacionadas à conservação da biodiversidade, as quais têm um impacto direto na vida coletiva, levando-os a compreender que suas ações, juntamente com as Políticas Públicas, têm um impacto direto no meio ambiente ⁶.

A Educação Ambiental deve ser concebida como um projeto político voltado para a construção e transformação da sociedade, tornando-se assim um elemento crucial em qualquer abordagem socioambiental. Portanto, ela precisa integrar de forma harmoniosa os conhecimentos ecológicos com as Políticas Públicas, com o propósito de buscar uma sociedade sustentável que demanda alterações no manejo da biodiversidade, na cultura e nos valores que norteiam as dinâmicas sociais, uma vez que influenciam diretamente a utilização dos bens naturais ⁴. Devido à sensibilização e mobilização da sociedade civil em relação aos poucos remanescentes fragmentados de vegetação nativa e ao histórico de degradação, a Mata Atlântica foi protegida por meio de uma legislação específica, a Lei da Mata Atlântica (Lei federal 11.428/2006), que foi regulamentada pelo Decreto 6660/2008. Essa lei estabelece diretrizes para a utilização sustentável e a proteção da vegetação nativa desse bioma e visa garantir a preservação, a

recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais dessa região. Além disso, ela estabelece normas para criar incentivos financeiros para restauração de ecossistemas, estimula doações de iniciativa privada para projetos de conservação, delimita qual é o domínio da floresta, proíbe o desmatamento de florestas primárias e cria regras para exploração econômica de recursos naturais, de forma a conciliar o desenvolvimento com a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais ⁷. Esta legislação, juntamente com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), apresenta um panorama abrangente de como a sociedade pode promover a coexistência harmoniosa entre atividades humanas e a preservação do meio ambiente ⁸. No âmbito de Mogi das Cruzes, a Lei municipal nº 7.582/2020 reforça o compromisso da municipalidade com a Educação Ambiental. Em seu parágrafo 2º do artigo 1º, a legislação destaca a importância da prática política como elemento fundamental para explicitar, identificar e compreender as relações entre o governo e a sociedade, reconhecendo-a como uma força motriz essencial na evolução do modelo social vigente ⁹. Paralelamente, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecida pela Lei 9.795/1999, desempenha um papel crucial. Um dos objetivos primordiais da PNEA é formar cidadãos capazes de analisar criticamente e agir de maneira socialmente responsável para corrigir ou transformar o sistema, possibilitando o pleno desenvolvimento humano. Esta política visa estimular a participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio ambiental, entendendo que a defesa da qualidade do ambiente está intrinsecamente ligada ao exercício da cidadania ⁸.

A PNEA propõe, ainda, a presença integrada da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto formal quanto não-formal. O âmbito não-formal, conforme definido no artigo 13, abrange ações e práticas educativas voltadas para sensibilizar a coletividade sobre as questões ambientais e para organizar e promover sua participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Destaca-se a importância de sensibilizar diversos segmentos da sociedade por meio de canais de comunicação de massa, promovendo a participação e fomentando parcerias entre diferentes entidades, instituições e comunidades. Dessa forma, diversas leis e regulamentações, alinhadas à PNEA, complementam e abordam aspectos específicos da Educação Ambiental em diferentes setores e esferas governamentais ⁸. Nesta condição, a ação local se revela como a melhor oportunidade não apenas para enfrentar desafios socioambientais, mas também para compreender a interação entre os aspectos ecológicos, político-econômicos e socioculturais relacionados à questão socioambiental ¹⁰. As oficinas participativas surgem como uma estratégia de envolver a comunidade na discussão das Políticas Públicas de Educação Ambiental. Elas proporcionam um espaço inclusivo para a troca de ideias, a expressão de preocupações e a cocriação de soluções. Além disso, ao adotar uma abordagem sensibilizadora e fundamentada cientificamente, essas oficinas têm o potencial de inspirar um compromisso mais profundo e duradouro com a proteção da biodiversidade. Após o processo de disseminação do conhecimento das Políticas Públicas de Educação Ambiental, as pessoas adquirem as habilidades e o entendimento necessários para participar ativamente do monitoramento e implementação dessas políticas. Com o conhecimento das diretrizes e estratégias estabelecidas, elas se tornam aptas a identificar desafios, analisar impactos ambientais, e contribuir para a avaliação contínua da eficácia das medidas em vigor ¹¹.

Para o monitoramento das Políticas Públicas foi criada a Plataforma MonitoraEA, fundamental para fortalecer o Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Projetos de Educação Ambiental. Essa plataforma desempenha um papel central na coleta de dados, na análise e no acompanhamento das iniciativas de Educação Ambiental em todo o país. Ela oferece uma estrutura eficaz para registrar e compartilhar informações relevantes, permitindo uma avaliação mais precisa do impacto das

políticas e projetos nessa área. Com a existência da Plataforma MonitoraEA, os gestores públicos, organizações não governamentais, pesquisadores e a sociedade em geral podem acessar dados atualizados e análises detalhadas, o que contribui para uma abordagem mais eficaz e baseada em evidências na promoção da Educação Ambiental e na conservação do meio ambiente no Brasil ¹². Este artigo tem como objetivo compartilhar a vivência prática na realização da Oficina de Políticas Públicas de Educação Ambiental e Dinâmicas Sociais, ocorrida no 1º Fórum de Educação Ambiental e Práticas Educativas em Mogi das Cruzes. A atividade buscou promover o entendimento das Políticas Públicas de Educação Ambiental no contexto local, incentivando a participação ativa da comunidade. Utilizando ferramentas lúdicas e interativas, a oficina tem como meta sensibilizar os participantes para a importância da Mata Atlântica na região e fortalecer o diálogo entre a sociedade e as Políticas Públicas vigentes conforme descritos nessa introdução.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Elaboração da oficina

A oficina foi realizada no município de Mogi das Cruzes, localizado há cerca de 50km da Capital de São Paulo. A população do município é de 449.955 habitantes, com densidade demográfica de 6.31,48hab/km² ¹³. A oficina realizada foi concebida com base em uma análise de dados secundários e referências relevantes à temática estudada. Em uma fase subsequente, foram aplicadas ferramentas lúdicas e interativas para garantir uma abordagem dinâmica e participativa (Quadro 1).

QUADRO 1 – Iniciativas que embasaram as abordagens da oficina.

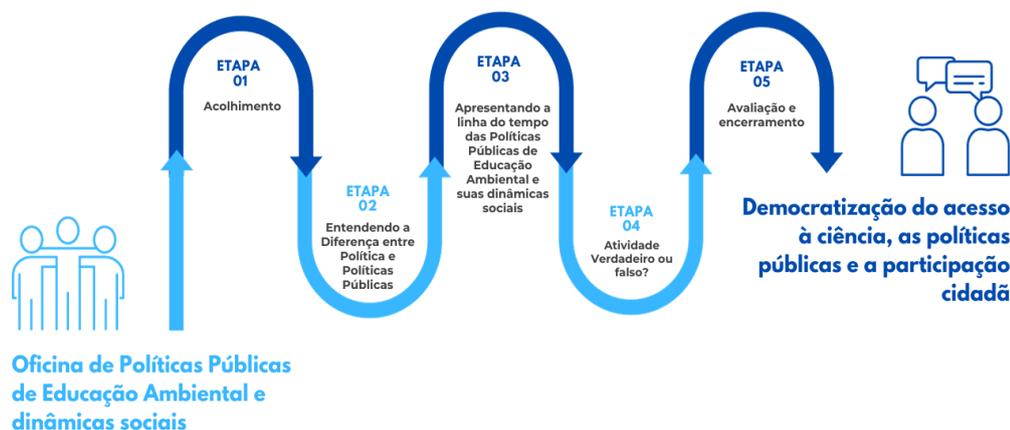
Nº	Temática	Objetivo dentro da abordagem da oficina
1	Contextualização Histórica	Proporcionar o entendimento de como as Políticas Públicas de Educação Ambiental no contexto histórico é essencial para identificar as raízes dos desafios e sucessos atuais, possibilitando uma visão crítica das decisões e estratégias adotadas ao longo do tempo.
2	Aprimoramento da Análise Crítica	Ao conhecer as abordagens de contextualização histórica, as/os participantes podem avaliar de forma mais criteriosa as políticas em vigor. Podem identificar padrões, sucessos e falhas, contribuindo para a formulação de propostas e soluções mais efetivas.
3	Aprimoramento da Participação Cidadã	Uma sociedade informada sobre a evolução das Políticas Públicas de Educação Ambiental está mais apta a se envolver de maneira construtiva no debate e na formulação de propostas para aprimorar as questões socioambientais que enfrentamos enquanto sociedade.
4	Promoção da Inovação e Melhoria Contínua	Compreender o histórico das Políticas Públicas de Educação Ambiental e incentivar a busca por soluções inovadoras e a implementação de boas práticas, baseadas em experiências bem-sucedidas do passado.
5	Redução de Retrocessos	Ao conhecer as políticas anteriores e suas implicações, é possível evitar a repetição de estratégias que se mostraram ineficazes ou prejudiciais no passado.

Fonte: Os autores.

2.2. Estrutura das etapas da oficina

Após a seleção do embasamento, a oficina participativa foi estruturada para receber 25 participantes em cinco momentos distintos. Cada etapa (Figura 01) foi planejada para proporcionar uma experiência abrangente e envolvente aos participantes. Esses momentos, delineados de forma estratégica, visaram facilitar a compreensão da evolução das Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil, destacando suas interações com as dinâmicas sociais ao longo do tempo (Quadro 2).

FIGURA 1. Apresentação das etapas da oficina de Políticas Públicas e Dinâmicas Sociais.



Fonte: Os autores.

QUADRO 2 – Descrição das atividades realizadas durante a oficina.

Nº	Atividade	Objetivo da atividade
1	Acolhida	Momento inicial em que as/os participantes são recebidos e introduzidos ao ambiente, ao tema e à dinâmica que irá ocorrer durante o evento.
2	Entendendo a Diferença entre Política e Políticas Públicas	Exploramos como a "Política" se refere ao processo mais amplo de tomada de decisões em uma sociedade, envolvendo a formulação e implementação de leis, regulamentos e práticas governamentais. Por outro lado, "Políticas Públicas" diz respeito às soluções e ações específicas que o governo adota para abordar questões sociais, econômicas ou ambientais.
3	Apresentando a linha do tempo das Políticas Públicas de Educação Ambiental e suas dinâmicas sociais	Este momento ofereceu uma jornada informativa através da evolução das Políticas Públicas de Educação Ambiental ao longo do tempo. Desde os primeiros passos nos primórdios da sensibilização ambiental até as estratégias e diretrizes mais recentes, esta linha do tempo proporciona uma visão abrangente das iniciativas governamentais que moldaram a Educação Ambiental brasileira.
4	Atividade Verdadeiro ou falso? (Quadro 3)	Esta atividade teve como objetivo testar o conhecimento dos participantes sobre Políticas Públicas relacionadas à Educação Ambiental. Foram apresentadas uma série de afirmações e os participantes indicaram se são verdadeiras ou falsas.
5	Avaliação e encerramento	Momento de refletir sobre o que aprendemos e avaliar nossa experiência juntos.

Fonte: Os autores.

2.3. Perguntas aplicadas

Para a atividade "Verdadeiro ou Falso", foram elaboradas perguntas objetivas, abordando diferentes aspectos e níveis de complexidade para os participantes.

QUADRO 3 – Perguntas realizadas durante a atividade de Verdadeiro ou Falso.

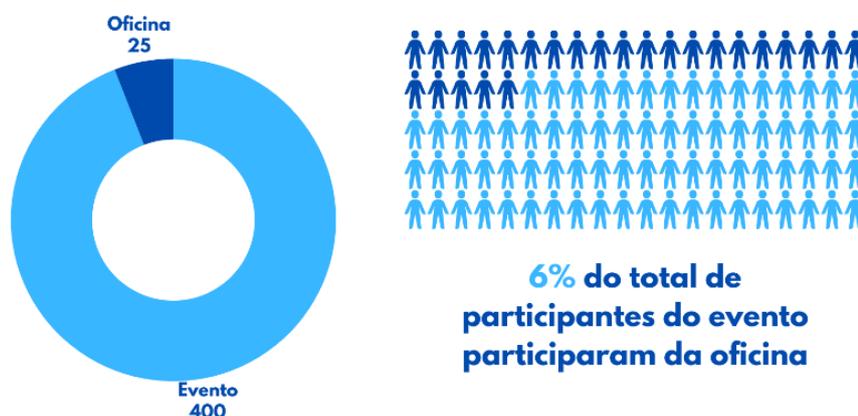
Nº	Pergunta	Verdadeiro ou falso?	Fonte
1	Nos cursos de educação profissional, em todos os níveis, deverá ter incorporado conteúdos que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas?	Verdadeiro	Política nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) ⁸
2	A lei municipal de Educação Ambiental de Mogi das Cruzes não garante a sensibilização no entorno das Unidades de Conservação?	Falso	Política municipal de Educação Ambiental (Lei nº 7.582/2020) ⁹
3	É garantido por lei o dimensionamento dos recursos necessários aos programas e projetos de Educação Ambiental no município de Mogi das Cruzes?	Verdadeiro	Política municipal de Educação Ambiental (Lei nº 7.582/2020) ⁹
4	A lei estadual de Educação Ambiental não contempla a inserção do componente Educação Ambiental nos programas e projetos financiados por recursos públicos e privados?	Falso	Política estadual de Educação Ambiental (Lei nº 12.780/2007) ¹⁴

Fonte: Os autores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A parceria estratégica com o poder público, organizações não governamentais, instituições de ensino e partes interessadas locais desempenhou um papel fundamental na divulgação do evento. Essa colaboração entre diferentes setores da sociedade reflete um esforço conjunto para envolver e engajar um público diversificado. A participação ativa desses parceiros fortaleceu a campanha do evento, agregando credibilidade e alcance do público. A participação comunitária e o engajamento foram notavelmente expressivos (Figura 2). O preenchimento integral das vagas disponíveis ressalta não apenas a relevância, mas também o significativo interesse da comunidade em participar ativamente de discussões sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental.

FIGURA 2. Apresentação dos dados de participação no evento.



Fonte: Os autores.

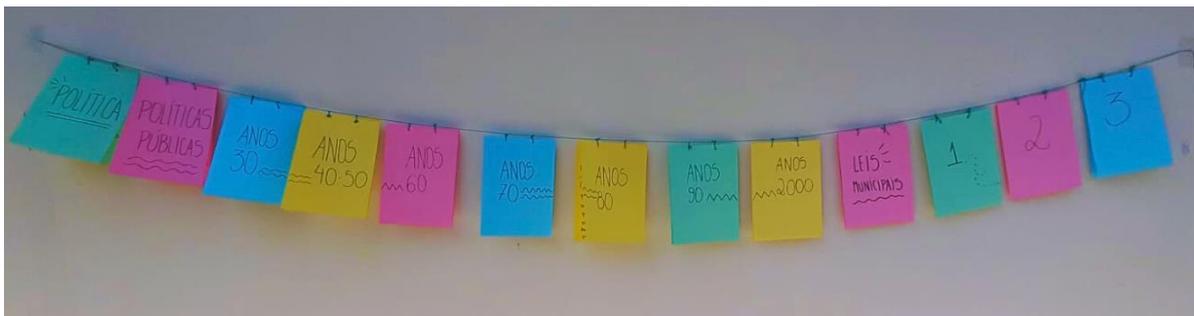
A oficina iniciou com a acolhida, onde os participantes se apresentaram, compartilhando suas origens, formações e expectativas, contribuindo significativamente para a dinâmica e engajamento das atividades. Essa prática estabeleceu uma conexão mais pessoal entre os participantes, criando um ambiente mais colaborativo e inclusivo. Ao compartilharem suas origens, os participantes trouxeram diversidade ao grupo, enriquecendo a discussão com diferentes perspectivas e experiências de vida ¹⁵. A divulgação das formações acadêmicas proporcionou *insights* valiosos sobre a variedade de conhecimentos presentes no grupo, potencializando o aprendizado colaborativo. As expectativas expressas pelos participantes durante as apresentações individuais forneceram uma base sólida para as atividades subsequentes, permitindo que a facilitadora adaptasse a abordagem de acordo com as necessidades e interesses específicos do grupo. Essa personalização contribuiu para um maior envolvimento e relevância das discussões, garantindo que as expectativas dos participantes sejam atendidas de maneira significativa. Além disso, essa prática de apresentação promove um ambiente mais acolhedor e facilita a interação entre os participantes ao longo da oficina. A troca inicial de informações pessoais cria uma atmosfera de confiança e colaboração, elementos essenciais para o sucesso de atividades que exigem reflexão, debate e participação ativa ¹⁶.

No segundo momento da oficina, dedicado à compreensão da diferença entre "Política" e "Políticas Públicas", os participantes foram guiados em uma exploração que abordou a definição e o escopo de cada termo. A discussão centrou-se na conceituação de "Política" como o processo mais amplo de tomada de decisões em uma sociedade, envolvendo a formulação e implementação de leis, regulamentos e práticas governamentais. Por outro lado, "Políticas Públicas" foram contextualizadas como soluções e ações específicas que o governo adota para abordar questões sociais, econômicas ou ambientais ¹⁷.

Durante essa exploração, os participantes foram incentivados a refletir sobre exemplos práticos desses conceitos, contextualizando a teoria em situações reais. A interação dinâmica entre a facilitadora e os participantes contribuiu para uma compreensão mais aprofundada dos termos, permitindo que os participantes aplicassem esses conceitos de maneira prática. Na discussão resultante, os participantes demonstraram uma compreensão mais clara da distinção entre o amplo processo político e as ações específicas do governo. Essa clareza conceitual proporcionou uma base para a próxima atividade da oficina, permitindo que os participantes se envolvessem de maneira mais informada nas discussões sobre Políticas Públicas ambientais. O resultado desse momento foi evidenciado pela capacidade aprimorada dos participantes em analisar criticamente o papel da política e das Políticas Públicas na esfera ambiental, preparando-os para as etapas subsequentes da oficina ¹⁸.

Ao apresentar a linha do tempo das Políticas Públicas de Educação Ambiental e suas dinâmicas sociais durante a oficina (Figura 3), os participantes foram guiados em uma jornada informativa pela evolução dessas políticas ao longo do tempo. A exploração abrangeu desde os primeiros passos nos primórdios da sensibilização ambiental até as estratégias e diretrizes mais recentes, proporcionando uma visão abrangente das iniciativas governamentais que moldaram a Educação Ambiental brasileira. Para aproximar o público e criar um ambiente mais acolhedor durante a apresentação da linha do tempo das Políticas Públicas de Educação Ambiental, adotou-se uma abordagem visual. A utilização de materiais como papel colorido e barbante trouxe um elemento tátil e artesanal à atividade, proporcionando uma experiência mais envolvente e acessível aos participantes ¹⁹.

FIGURA 3. Linha tempo apresentada durante a atividade.

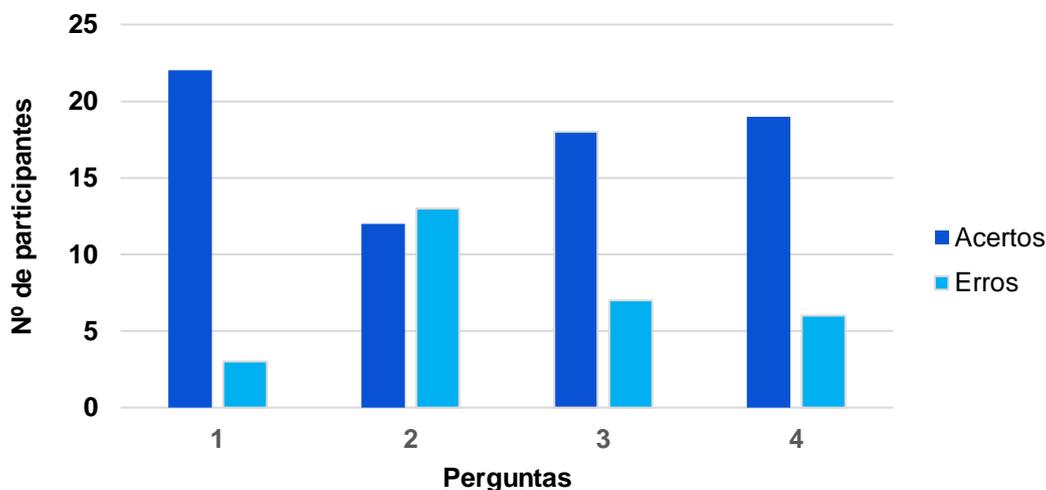


Fonte: Os autores.

Os resultados desta abordagem centrada na história foram notáveis, pois os participantes puderam contextualizar as Políticas Públicas em uma linha temporal. Isso permitiu uma compreensão mais profunda das influências históricas que moldaram as atuais estratégias de Educação Ambiental. A interação entre a facilitadora e os participantes durante essa apresentação fomentou discussões informadas sobre os marcos significativos e as mudanças nas políticas ao longo do tempo. Ao refletirem sobre a evolução das Políticas Públicas, os participantes demonstraram uma apreciação mais ampla das complexidades envolvidas na formulação e implementação dessas políticas ¹¹.

Na atividade "Verdadeiro ou Falso?" (Figura 4), os participantes indicaram se cada uma era verdadeira ou falsa.

FIGURA 4. Resultado da atividade Verdadeiro ou Falso.



Fonte: Os autores.

Os resultados desta atividade proporcionaram *insights* sobre o nível de conhecimento prévio dos participantes, permitindo avaliar a eficácia das Políticas Públicas em comunicar suas mensagens e metas. Identificar as afirmações corretas e falsas incentivou uma análise crítica das informações, contribuindo para a sensibilização sobre a complexidade das Políticas Públicas ambientais. Na discussão que se seguiu, a facilitadora abordou os pontos específicos em que os participantes demonstraram desafios ou incertezas.

Isso não apenas fortaleceu o entendimento individual, mas também fomentou debates construtivos sobre áreas de melhoria nas políticas existentes. Além disso, a dinâmica de "Verdadeiro ou Falso?" criou um ambiente leve e interativo, promovendo a participação ativa dos presentes. Ao desmistificar conceitos

complexos por meio de uma abordagem lúdica, a atividade contribuiu para a construção de uma atmosfera mais descontraída e acessível, facilitando a absorção das informações apresentadas ¹⁸.

No momento de avaliação e encerramento da oficina, os participantes tiveram a oportunidade de refletir sobre o que aprenderam e compartilhar suas experiências. A discussão, proporcionou um espaço para a troca de ideias e percepções, consolidando os conhecimentos adquiridos ao longo da atividade. Os depoimentos dos participantes revelaram a relevância da abordagem utilizada na oficina, destacando a eficácia das ferramentas lúdicas e interativas na compreensão das Políticas Públicas de Educação Ambiental. Algumas contribuições ressaltaram a importância da linha do tempo interativa, feita com materiais coloridos e barbante, como um elemento acolhedor que facilitou a aproximação do público. Além disso, os depoimentos refletiram sobre a significativa participação da comunidade, evidenciada pelo preenchimento total das vagas disponibilizadas. Esse engajamento expressivo sugere que a abordagem adotada, aliada à comunicação eficaz e parcerias estratégicas na divulgação do evento, foi bem-sucedida em mobilizar e envolver os participantes. A avaliação conjunta proporcionou uma visão abrangente das percepções individuais e coletivas em relação à oficina, permitindo a facilitadora ajustar estratégias para futuras iniciativas. Um dos participantes expressou: "*A oficina superou minhas expectativas e a discussão sobre as Políticas Públicas ambientais me fez repensar meu papel na comunidade.*" Esse depoimento ressalta a capacidade da oficina em gerar reflexões pessoais e promover uma visão crítica em relação às políticas ambientais. Outro depoimento relevante veio de um participante que mencionou: "*A abordagem interativa da linha do tempo foi muito envolvente e aprendi muito sobre a evolução das políticas de Educação Ambiental no Brasil.*" Esse retorno destaca a eficácia de estratégias pedagógicas inovadoras, como a linha do tempo, na transmissão de informações complexas de maneira acessível. Esses depoimentos, juntamente com outros coletados durante a avaliação, enfatizam a importância da abordagem adotada na oficina e evidenciam seu impacto positivo na compreensão das Políticas Públicas de Educação Ambiental pelos participantes ²⁰.

Em resumo, a discussão pós-oficina consolidou não apenas conhecimentos sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental, mas também fortaleceu os laços comunitários e reforçou o comprometimento dos participantes com a promoção da sensibilização ambiental no contexto local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados destacam a complexa interconexão e interdependência entre conservação da Mata Atlântica, Educação Ambiental, democratização do acesso à ciência, Políticas Públicas e a participação cidadã emerge como um desafio global que requer esforços colaborativos. A abordagem interativa da linha do tempo e a dinâmica de verdadeiro ou falso é uma ferramenta que facilita a compreensão das Políticas Públicas ambientais, conectando a história passada aos desafios atuais. Os depoimentos dos participantes refletiram sobre o impacto pessoal da oficina, destacando a importância de eventos educativos e participativos para fortalecer a relação entre a comunidade e as políticas ambientais. Assim, iniciativas locais como essa desempenham um papel vital na sensibilização e mobilização cidadã, contribuindo para soluções sustentáveis para os desafios globais de conservação ambiental.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradeço a todos(as) pesquisadoras que contribuíram através da produção de ciência para a realização deste estudo e a elaboração deste artigo científico. Também agradeço ao Instituto Suinã pela parceria na realização da oficina e as instituições Ecofuturo e CAPES pelo apoio financeiro e aos recursos de bolsas fornecidos, ao Programa de Políticas Públicas pela estrutura e suporte, à minha família, amigas e amigos próximos pelo amor e incentivo. Este trabalho é uma celebração da cooperação e do apoio recebidos ao longo desta jornada.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflitos de interesse. Eles são os únicos responsáveis pelo conteúdo e pela redação do artigo.

REFERÊNCIAS

1. Tabarelli, M.; Pinto, L. P.; Silva, J. M. C.; Hirota, M. M.; Bedê L. C. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. *Revista Megadiversidade*. 2005; 1(1), 132-138. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1803?mode=full>. Acesso em 08 de novembro de 2023.
2. São Paulo. Relatório Anual de Desmatamento 2022. MapBiomias. 2023. Disponível em: <https://mapbiomas.org/desmatamento-nos-biomas-do-brasil-cresceu-223-em-2022>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
3. IPCC. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate. 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
4. Sorrentino M, et al. Educação Ambiental como Política Pública. *Revista Educação e Pesquisa*. 2005; 31(02): 287-299. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 de novembro de 2023.
5. Rumenos N.N, Novello; De Lourdes Spazziani, Maria. Ciência-cidadã e Educação Ambiental: cursos de formação e estímulo ao voluntariado em um Parque Nacional. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. 2020; 37(1): 127-144. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/9636>. Acesso em 03 de novembro de 2023.
6. Oliveira J, S.B. de; Sato, M. Educação ambiental e etnoconhecimento: parceiros para a conservação da diversidade de aves pantaneiras. *Revista de Educação Ambiental*. 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/772>. Acesso em 05 de novembro de 2023.
7. Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2018-2019. Relatório técnico. 2020. Disponível em: https://www.sosma.org.br/wpcontent/uploads/2020/06/2020_Atlas_Mata_Atlantica_2018-2019_relatorio_tecnico_final-1.pdf. Acesso em 04 de novembro de 2023.
8. Brasil. Decreto nº 9.795, de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>. Acesso em 09 de novembro de 2023.
9. Mogi das Cruzes. Decreto nº 7.582 de 2020. Política Municipal de Educação Ambiental Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/lei-ordinaria/2020/759/7582/lei-ordinaria-n-7582-2020-institui-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-no-municipio-de-mogi-das-cruzes-e-da-outras-providencias>. Acesso em 09 de novembro de 2023.
10. Ávila R. de F, Toniolo M.A, Maciel L, Branco E.A. Avaliação de um processo de coprodução de conhecimento e engajamento de atores a partir de ferramentas da Educação Ambiental: práxis e ciência cidadã. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. 2022; 17(3): 371-9. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/12969>. Acesso em 15 de novembro de 2023.
11. Jacobi P.R, Tristão M, Franco M.I.G.C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000100005>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
12. Brasil. Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis/ organização de Maria Henriqueta Andrade Raymundo ... [et al.]. Piracicaba: MH-Ambiente Natural. 2019. Disponível em: <https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-MonitoraEA-2.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2023.
13. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estados e cidade do Brasil. Brasília, DF: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/mogi-das-cruzes.html>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
14. São Paulo. Decreto nº 12.780, de 2007. Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html>. Acesso em 09 de novembro de 2023.

15. Martins D.G de M, Cabral E. de S. Panorama dos principais estudos sobre ciência cidadã. *Revista For Science*. 2021; 9(2). Disponível em: <https://forscience.ifmg.edu.br/index.php/forscience/article/view/1030>. Acesso em 16 de novembro de 2023.
16. Silva R. D. L, Prudêncio C.A.V, Caiafa A.N. Contribuições da educação ambiental crítica para o processo de ensino e aprendizagem em ciências visando à formação cidadã. *Revista Investigações em Ensino de Ciências*. 2018; 23(3): 60-81. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/1099>. Acesso em: 16 novembro de 2023.
17. Souza C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?for#>. Acesso em 03 de novembro de 2023.
18. Pires A.S, Faria H.H. de, Antunes A.Z. Monitoramento colaborativo: A 'ciência cidadã' atribuindo novos valores às pessoas e à conservação. *Revista RBecotur*. 2022; 15(3). Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/13643>. Acesso em 16 de novembro de 2023.
19. Carvalho-Souza G.F, et al. A percepção de crianças sobre o lixo marinho: uma abordagem lúdica na popularização das ciências. *Revista Ambiental REMEA*. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Gustavo-De-CarvalhoSouza/publication/275521943_A_Percepcao_de_Criancas_sobre_o_Lixo_Marinho_Uma_Abordagem_Ludica_na_Popularizacao_das_Ciencias/links/553e834d0cf20184050f8726/A-Percepcao-de-Criancas-sobre-o-Lixo-Marinho-Uma-Abordagem-Ludica-na-Popularizacao-das-Ciencias.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2023.
20. Tozato H.C, Bezerra F.A, Albuquerque E.M.M, Bacellar A.E.F, Salzo I, Jorge R.S.P, Ribeiro K.T. Oficinas Participativas como Ferramentas para a Avaliação de Impacto de Políticas Públicas: o estudo de caso do PIBIC/ICMBio no Brasil. *Revista Gestão & Políticas Públicas*. 2018; 8(2): 337-359. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/176514>. Acesso em: 15 nov. 2023. Acesso em 02 de novembro de 2023.